

À CONTADORIA-GERAL – COG,

Trata o presente processo de **aviso de término de vigência da Proposta Detalhe-Detalhe nº 001/2023**, celebrada com a sociedade empresária **STABLE – SBC SISTEMAS E CONSULTORIA DE CUSTOS LTDA**, cujo objeto consiste na Assinatura de 1 (um) do periódico informativo SBC-Digital, que terá sua vigência expirada em **20/05/2023**.

Cabe ressaltar que, segundo a CLC (peça nº 17), a presente contratação direta tem o custo de **R\$267,00** (duzentos e sessenta e sete reais), conforme Proposta Comercial apresentada pela empresa (peça nº 11), e tem respaldo no *caput* do art. 74 da Lei nº 14.133/21 “**Inexigibilidade de Licitação**”, face à inviabilidade de competição, de acordo com o Atestado de Exclusividade emitido pela ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE (peça nº 12).

A **Proposta-Detalhe nº 001/2023** encontra-se inserida nestes autos devidamente assinada pela representante legal da instituição (peça nº 15), estando o seu valor justificado pelas Notas Fiscais juntada nos autos (peça nº 13).

Com efeito, a demanda foi enviada para a **COG**, que efetuou o regular **bloqueio orçamentário** (peças nºs 18 a 20), com posterior envio do processo para análise da **d. PGT**, que, nos termos dos artigos 53, § 4º, e 72, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, **emitiu parecer jurídico favorável à contratação** (peça nº 21), nos seguintes termos:

“Destaca-se que o processo está instruído com os documentos necessários, cabíveis na presente hipótese, para a caracterização da contratação direta, nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, destacando-se o documento de formalização da demanda, o termo de referência (peça nº 5), estimativa da despesa, demonstração da compatibilidade da previsão com os recursos orçamentários (peça nº a 20), condições de habilitação e qualificação mínima (peça nº 9 e 10), razão da escolha do fornecedor (peça nº 12), justificativa de preço

(peça nº 13), **fazendo-se, apenas, necessária a autorização da autoridade competente antes da ultimação da referida contratação.**

Por todo o exposto, entendemos que o procedimento realizado atendeu a todos os pressupostos legais, razão pela qual se afigura juridicamente dentro dos padrões de legalidade a contratação direta em questão, restando aprovado por esta Procuradoria-Geral o exame prévio a que se refere o §4º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, pelo que recomendamos o seguimento do feito.” (grifei)

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela, **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do Ato Executivo nº 25.143/22, de 28.09.2022, publicado no DOERJ em 30.09.2022, a contratação direta pretendida e a emissão de empenho, em favor da empresa STABILE – SBC SISTEMAS E CONSULTORIA DE CUSTOS LTDA, CNPJ nº 04.931.129/0001-74, no valor de R\$267,00 (duzentos e sessenta e sete reais), à conta do presente exercício financeiro, com o posterior envio à CGA, para as demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade da Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do referido termo, em observância ao disposto nos artigos 72, parágrafo único, 94, inc. II, e 174, inc. inc. I, da NLLC.

Luiz Carlos de Jesus Silva
SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO
Matrícula 02/4265/0-6